

Carta aberta sobre a mudança no fator previdenciário

Há momentos em que os conflitos no curto prazo podem levar a decisões que comprometem o futuro do País. O Brasil vive as consequências dos graves desequilíbrios fiscais dos últimos anos em um momento político delicado, com estagnação da atividade econômica e inflação elevada, que colocam em risco os ganhos sociais das últimas décadas.

Apesar do grave quadro, a Câmara dos Deputados aprovou recentemente uma emenda previdenciária que piora ainda mais as condições das contas públicas no longo prazo. Isso significa desafios maiores para elevar o crescimento sustentável da economia.

Não podemos perder o foco na responsabilidade com o futuro. No Brasil, há uma clara tendência de aumento nos gastos com aposentadoria para as próximas décadas. A aposentadoria por tempo de serviço ocorre com menos de 55 anos de idade, o que resulta em maiores gastos públicos, dado o aumento da expectativa de vida.

Agravando esse quadro, passamos por um processo bastante rápido de envelhecimento da população. O crescente aumento da proporção de idosos na população implica o aumento do dispêndio público com inativos, que deverá ser pago por uma proporção cada vez menor da população em idade de trabalhar. O gasto do INSS aumentará 0,7% do PIB, apenas entre 2014 e 2018 (nas regras atuais, antes da mudança do fator previdenciário). Para cumprir as obrigações atuais, a carga tributária deverá continuar a aumentar nos próximos anos. A introdução do "fator previdenciário" permitiu moderar o crescimento dos gastos com a Previdência. À medida que a expectativa de vida aumenta no Brasil, o fator reduz o valor das aposentadorias que ocorrem mais cedo.

Na última semana, foi aprovada na Câmara dos Deputados uma emenda que caminha na direção oposta. O fator previdenciário deixa de ser utilizado quando a soma da idade e do tempo de contribuição for igual a 85 anos para mulheres e a 95 anos para homens. Pela regra atual, nessas condições, o fator previdenciário é de aproximadamente 0,70 para as mulheres e 0,85 para os homens, valores que se tornariam iguais à unidade com a regra aprovada na Câmara. Com a proposta, deve aumentar em 25% o gasto com aposentadoria por tempo de contribuição (que representa em torno de 30% do gasto do INSS), crescendo ainda mais a pressão para o aumento de impostos para garantir o equilíbrio fiscal.

O Brasil apresenta uma das cargas tributárias mais elevadas entre os países emergentes. Apesar disso, a evidência sugere que as nossas políticas públicas são bem menos eficientes. Aumentamos significativamente o gasto público nos últimos dez anos em educação, por exemplo, sem o equivalente aumento na qualidade do ensino.

A responsabilidade com o futuro exige aumentar os gastos apenas quando identificamos a origem dos recursos para financiá-los. Essa é a essência da responsabilidade fiscal de uma nação. O futuro chegou e vivenciamos as consequências das escolhas do passado. Cabe a nós e a nossos representantes escolher entre comprometer ainda mais o nosso futuro ou retomar uma trajetória de responsabilidade.

Pedimos ao Senado que rejeite a medida e, caso necessário, que a presidente a vete.

Associados do Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP).
26 de maio de 2015